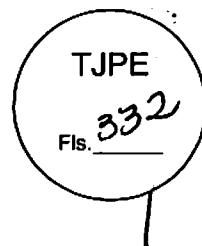




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 9031-45.2013.8.17.0000 (313014-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
AGRAVADO: FLÁVIO ROBERTO LIMA DE ARAÚJO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (ART. 557, §1º, DO CPC). AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECONVENÇÃO. PARCELAS QUITADAS. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. MATÉRIA PREJUDICADA. CADASTROS DE INADIMPLENTES. EXCLUSÃO. LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO REVOGADA. ASTREINTES. REDUÇÃO. VALOR ADEQUADO. RECURSO DESPROVIDO.

- Embora o Agravante teça longas considerações sobre a teoria do adimplemento substancial, a retirada do nome do Agravado dos cadastros de inadimplentes e a revogação da liminar de busca e apreensão estão fundamentadas na quitação do contrato de financiamento;
- Demonstrado o pagamento das parcelas faltantes, não há justificativa para a permanência da negativação em desfavor do Agravado ou da liminar de busca e apreensão;
- Manutenção das *astreintes* de R\$ 1.000,00 fixadas no 1º Grau, mesmo porque seu arbitramento deve considerar o porte da empresa - grande, no caso concreto - e o caráter coativo da medida. Precedentes do STJ;

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

- Se há possibilidade de acúmulo da multa em quantia vultosa, cabe ao recorrente optar por cumprir a determinação judicial, procedimento que pode ser alcançado, na presente era digital, mediante simples "clique do mouse".

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 333

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 9031-45.2013.8.17.0000 (313014-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
AGRAVADO: FLÁVIO ROBERTO LIMA DE ARAÚJO

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Recurso de Agravo (art. 557, §1º-A, do CPC) contra decisão negando seguimento monocraticamente a Agravo de Instrumento (fls. 300/303, v. 2).

A decisão de 1º Grau deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela formulado em Reconvenção à Busca e Apreensão, determinando ao Agravante "que providencie, no prazo máximo de três dias, a retirada do nome do autor dos cadastros do SPC e SERASA, decorrente do contrato discutido nestes autos, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00". Revogou, ainda, a liminar de busca e apreensão anteriormente deferida (fls. 24/26).

O Magistrado asseverou que o reconvinte, ora Agravado, comprovou a quitação das parcelas 54 a 60 do financiamento indicadas na inicial como em atraso.

Afirmou, ademais, ter laborado em equívoco ao autorizar a busca e apreensão do bem, uma vez que o devedor teria pago mais de 80% (oitenta por cento) do valor financiado, incidindo na espécie a teoria do adimplemento substancial do contrato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Considerarei que demonstrado o pagamento das parcelas, não havia justificativa para a permanência da negativação do Agravado ou manutenção da liminar de busca e apreensão, restando prejudicada a questão do adimplemento substancial.

Mantive, ainda, as astreintes de R\$ 1.000,00 em razão do porte da empresa e da facilidade de cumprimento da medida.

Em suas razões recursais (fls. 306/326), a instituição financeira reitera a inocorrência de substancial adimplemento do contrato, argumentando que os precedentes sobre a matéria dizem respeito à ausência de pagamento da última parcela, o que não seria o caso dos autos.

Defende novamente a necessidade de atendimento às cláusulas contratuais (*pacta sunt servanda*), pois respeitada a plena liberdade de contratação.

Afirma que a decisão lhe traz risco de lesão grave e de difícil reparação, considerando a exorbitância das astreintes fixadas, sendo a mera discussão judicial do débito insuficiente para retirada do nome do devedor dos cadastros restritivos de crédito.

Destarte, requer seja exercido o juízo de retratação ou o julgamento colegiado do recurso para reformar a decisão agravada.

É o relatório, no essencial.

À mesa, independentemente de pauta.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. 334

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 9031-45.2013.8.17.0000 (313014-5)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

AGRAVADO: FLÁVIO ROBERTO LIMA DE ARAÚJO

V O T O

Mantendo o mesmo posicionamento adotado na decisão alvo do recurso doméstico, sigo neste voto os fundamentos ali expendidos, com acréscimo das devidas ponderações.

Embora o Agravante teça longas considerações sobre a teoria do adimplemento substancial, observa-se que as determinações de retirada do nome do Agravado dos cadastros de inadimplentes e revogação da liminar de busca e apreensão estão fundamentadas na quitação do débito objeto da negativação.

O Magistrado asseverou textualmente que "o autor comprova a quitação das parcelas 54 a 60 indicadas na inicial como em atraso, pertinentes ao contrato entabulado entre as partes, no valor de R\$ 738,29, cada prestação, conforme contrato acostado pelo autor à fl. 35 e documentos acostados pelo réu/reconvinte às fls. 95/95v, 96/96v e 98/98v".

Pelo que se infere da decisão, o Agravado aparelhou a contestação e o pedido reconvenicional com documentos destinados a comprovar o adimplemento das parcelas. As cópias de tais documentos não foram integralmente anexadas ao presente recurso, faltando os versos das folhas indicadas na decisão, não sendo possível a esta Relatoria visualizar o efetivo pagamento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fis. _____

Nada obstante, o Agravante deixa de se manifestar sobre o fato, limitando-se, como relatado, a rechaçar a tese do adimplemento substancial. A omissão permanece mesmo com o manejo deste recurso interno.

Destarte, resta demonstrado o pagamento do título, não havendo justificativa para a permanência da negativação em desfavor do Agravado ou manutenção da liminar de busca e apreensão.

Por fim, quanto ao pedido de redução do valor das astreintes, entendo que estas devem ser fixadas com o escopo de *forçar o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer*.

Assim, não vislumbro excesso na sua fixação em R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento da ordem judicial, mesmo porque seu arbitramento deve considerar o vulto da empresa - *grande, no caso concreto* - e o caráter coativo da medida.

Neste sentido, trago os seguintes julgados do c. STJ:

.....

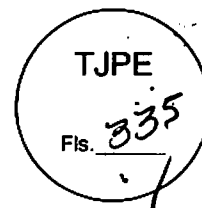
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO CONTRA DECISÃO DE INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. TUTELA ANTECIPADA. PROIBIÇÃO DE INSCRIÇÃO DO NOME DA AGRAVADA NO ROL DE INADIMPLENTES. ART. 14 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CABIMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. VALOR DA MULTA DIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. (...).

2. No que tange ao cabimento da multa diária (astreintes), a jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser possível a aplicação da referida penalidade como meio coercitivo para o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, nos termos do art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil. Destarte, pode o juiz impor multa diária por descumprimento de decisão judicial que determina a inclusão do nome do agravado em



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Sarnica de Moraes



folha de pagamento, com vistas ao restabelecimento da pensão, situação ora em apreço. Precedentes.

3. A revisão do valor fixado a título de astreintes só é cabível em face da exorbitância ou do caráter irrisório do montante arbitrado, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Todavia, essa excepcionalidade não ocorreu no caso em exame, na medida em que o arbitramento da multa diária, em quinhentos reais (R\$ 500,00) - em caso de descumprimento de determinação judicial de não inscrição da ora agravada em cadastro de inadimplentes -, não se mostra exorbitante, nem desproporcional à obrigação imposta.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 47.196/MG, Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, DJe 30/04/2012).

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA. VALOR RAZOÁVEL. DISSÍDIO PRETORIANO AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A redução da multa diária só é cabível quando fixada em montante exagerado ou irrisório, o que não ocorreu no caso em apreço. No caso, o valor da multa, por si só, não se mostra elevado, ante a capacidade de solvência da agravante, sendo, ao mesmo tempo, o suficiente a compeli-la a cumprir ordem judicial de não inscrição do nome do agravado em órgãos de proteção ao crédito. (...).

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 270.301/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe 11/03/2013)

.....

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALTERAÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA. VALOR RAZOÁVEL. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO, COM APLICAÇÃO DE MULTA. 1. A conclusão a que chegou o Tribunal a quo, acerca do valor da multa cominatória, decorreu de convicção formada em face dos elementos fáticos percuientemente analisado nos autos. Rever os fundamentos do acórdão recorrido importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7/STJ) e impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas. 2. A redução da multa diária só é cabível quando fixada em montante exagerado ou irrisório, o que não ocorreu no caso em apreço. No caso, o valor da multa, por si só, não se mostra elevado, ante a capacidade de solvência da agravante, sendo, ao mesmo tempo, o suficiente a compeli-la a cumprir ordem judicial de não inscrição do nome do agravado em órgãos de proteção ao crédito. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, com



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

aplicação de multa. (AgRg no AREsp 164.545/MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe 07/08/2012).

.....

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASTREINTE. VALOR INSUFICIENTE. LIMINAR OBTIDA. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO SUSPENSA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. INCLUSÃO DO NOME DO DEVEDOR EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO COM FUNDAMENTO EM CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. NEGATIVAÇÃO NO SERASA. CONSEQUÊNCIA DIRETA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO. DESCASO DO DEVEDOR. DESCUMPRIMENTO QUE PERSISTE. GRANDE CAPACIDADE ECONÔMICA DO EXECUTADO. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. DEFERIMENTO. MULTA COMINATÓRIA MAJORADA. 1. (...).

2. Sendo o descaso do devedor o único obstáculo ao cumprimento da determinação judicial para o qual havia a incidência de multa diária e considerando-se que ainda persiste o descumprimento da ordem, justifica-se a majoração do valor das astreintes.

3. A astreinte deve, em consonância com as peculiaridades de cada caso, ser elevada o suficiente a inibir o devedor – que intenciona descumprir a obrigação – e sensibilizá-lo de que é muito mais vantajoso cumpri-la do que pagar a respectiva pena pecuniária. Por outro lado, não pode o valor da multa implicar enriquecimento injusto do devedor. Precedentes. 4. Na hipótese de se dirigir a devedor de grande capacidade econômica o valor da multa cominatória há de ser naturalmente elevado, para que se torne efetiva a coerção indireta ao cumprimento sem delongas da decisão judicial. Precedentes. 5. Recurso especial provido, para majorar a multa cominatória ao importe de R\$7.000,00 (sete mil reais) por dia de descumprimento, sem prejuízo das atualizações legalmente permitidas, adotando como termo inicial, da mesma forma como fez o Tribunal de origem, a data da intimação pessoal do representante legal da recorrida, qual seja, 28 de julho de 2006, de modo que, até o presente momento, resultam aproximadamente 49 meses de descumprimento.

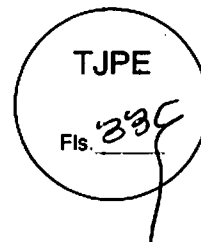
(REsp 1185260/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 11/11/2010).

.....

Ademais, não se vislumbra qualquer dificuldade técnica para exclusão do nome do Agravado por parte da instituição financeira, procedimento que pode ser alcançado, na presente era digital, mediante simples "clique do mouse".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Lado outro, caso se verifique ao final do processo que as astreintes alcançaram valores exorbitantes, seu acumulado pode ser eventualmente reduzido, na forma evidenciada pelo art. 461, §6º, do CPC¹, o que demonstra a falta de irreversibilidade da decisão agravada.

Ante o exposto, inexistindo motivos que me levem a julgar diversamente, **NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

¹ Art. 461. (...)

§6º. O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.